



Uruguay
Presidencia



Comitê Estratégico do Setor Público para a Inteligência Artificial e Dados

Ata Nº 2/2024

Versão: 1 Data:

13/06/2024 Hora:

14:00

Participantes

Representantes de	% de participação na reunião	Nome
AGESIC	100%	Virginia Pardo, Gabriel Hernández, Maximiliano Maneiro, Ninoschka Dante, Angie Lecot, Nancy Ibarra
MEC	100%	Alberto Majó
MEF	0%	Não designou representante
MIEM	100%	Pascual Gattas
MTSS	100%	Marcelo Belén
INE	100%	María Victoria Susena
INDHDP	100%	Marcos Israel
ANII	100%	Flavio Caiafa
URCDP	100%	Gonzalo Sosa

Pauta

A reunião foi convocada para tratar da seguinte pauta

1. Ata e repositório do Comitê Estratégico:

- Acordo sobre critérios de aprovação e publicação
- Revisar o acesso ao repositório comum

2. Relatório ao Parlamento:

- Processo de elaboração
- Apresentação sintética sobre a abordagem e as propostas recebidas

3. Rumo à elaboração de um primeiro rascunho da Estratégia de IA

- Troca de ideias e posição dos representantes sobre os objetivos
- Troca de ideias sobre diferentes linhas de ação a integrar

4. Anúncios dos participantes e próximos passos

Desenvolvimento da reunião

A reunião foi moderada por Ninoschka Dante.

No início, foram revisados os acordos da primeira reunião do Comitê Estratégico, verificando-se seu cumprimento.

Ponto 1 da pauta desta reunião: atas e repositório do Comitê Estratégico.

Foram alcançados os seguintes acordos:

- As atas serão enviadas por e-mail aos representantes de cada órgão no Comitê Estratégico, que terão um prazo de 10 dias para revisão e observações. Decorrido esse prazo, os comentários recebidos serão incorporados e a ata será considerada aprovada.
- Será criado um espaço no site da Agesic, onde serão publicadas as versões públicas das atas aprovadas.

- Quanto ao repositório de documentação para o trabalho do Comitê Estratégico, há um espaço disponível no Nextcloud da Agesic.

Ponto 2. Relatório ao Parlamento

Gonzalo Sosa apresenta um resumo das atividades em andamento para cumprir o disposto no art. 74 da Lei 20.212 quanto à elaboração de um relatório ao Parlamento com recomendações sobre a regulação legal das estratégias de inteligência artificial e dados. Prazo final: 28 de junho de 2024.

Foram considerados os diferentes eixos temáticos surgidos nas mesas de diálogo e na revisão de referências internacionais. Com um primeiro rascunho de antecedentes elaborado pela Unidade Reguladora e de Controle de Dados Pessoais (URCDP), foram convocados outros órgãos do setor público para fornecer mais subsídios à visão da Agesic na elaboração do relatório.

Além disso, posteriormente a consulta foi aberta a outros atores da sociedade civil, da academia e do setor privado por meio da plataforma de participação.

Mencionou que nem todas as contribuições recebidas necessariamente se refletirão no relatório, mas serão incluídas na versão destinada ao Parlamento.

Acrescentou que a orientação do relatório segue o disposto no artigo citado anteriormente: desenvolvimento ético da IA, proteção dos direitos humanos e promoção da inovação tecnológica.

Quanto aos antecedentes internacionais, Gonzalo Sosa menciona que a orientação é potencialmente regulatória da inteligência artificial. Alguns pontos mencionados:

- Maior descentralização nos Estados Unidos. Ordem Executiva com o papel das entidades
- Na Europa, estão mais presentes a abordagem de riscos e as “linhas vermelhas” traçadas a esse respeito

- Há muita regulação em matéria de princípios, com um leque de possibilidades que considera as particularidades locais

Para concluir este ponto, informa que haverá questões cuja temática ficará colocada no relatório para análise.

Em seguida, diante da pergunta sobre sandboxes regulatórios, previstos no art. 75 da Lei 20.212, Gonzalo Sosa informa que o projeto está avançando para assinatura e está em revisão pela Unidade Jurídica da Presidência.

Ponto 3. Rumo à elaboração de um primeiro rascunho da Estratégia de IA

Ninoschka Dante se refere ao documento de sistematização das contribuições surgidas nas mesas de diálogo do processo de revisão da Estratégia de Inteligência Artificial, compartilhado no repositório do Comitê Estratégico.

Nesse processo, surgiram cerca de 500 propostas, consideradas na sistematização.

Propõe trabalhar a visão do Comitê sobre os objetivos e as linhas de ação a integrar à Estratégia de Inteligência Artificial, considerando as condições no Uruguai e também uma perspectiva de futuro. Mencionou a estrutura do documento e os eixos temáticos nele considerados.

Propõe uma rodada de participação sobre esses eixos, enfatizando que a visão geral deve ser a da Estratégia.

Pascual Gattas se refere a três pontos:

- Indica que, claramente, o tema do desenvolvimento de capacidades no âmbito educacional, nas universidades, no desenvolvimento do pensamento crítico e no público em geral em relação a essa ferramenta deve ser um eixo principal, no qual há muito a fazer.
- Gestão dos dados como base para aplicar ferramentas de análise e obter resultados com base em dados padronizados por áreas, como Saúde, permitindo desenvolver pesquisa em cada uma delas. Menciona que há muita informação a processar e trabalhar para a

tomada de decisões no governo e também avaliar, no setor privado, o que compartilhar e o que não compartilhar. Compartilhar para alcançar resultados positivos, dado que cada empresa é reservada com suas próprias informações.

- Infraestrutura: indica que é importante desenvolver infraestrutura no país, tanto para o governo quanto para a pesquisa, com laboratórios para impulsionar startups.

María Victoria Susena concorda com o que foi dito anteriormente e acrescenta que, no compartilhamento de dados, a interoperabilidade deveria começar pelos órgãos públicos, pois no setor privado é mais difícil alcançá-la. Desafio: pensar a governança desse processo.

Virginia Pardo também menciona a importância da infraestrutura, definindo claramente o objetivo a alcançar: melhorá-la, alugá-la, construí-la, o que se pretende alcançar? E como ela sustentará depois as ações a implementar? Da mesma forma, em capacitação, é preciso ter clareza sobre a finalidade: educação, reconversão profissional etc.

Alberto Majó menciona que o desenvolvimento de capacidades deve estar vinculado à cultura cívica. Refere-se ao uso responsável e ao pensamento crítico dos cidadãos, e não apenas à capacitação técnica a oferecer. Aproveitar a cultura cívica do Uruguai para capacitar nesses temas. Exemplificou com o caso do Super Computer Center em Barcelona, que tornou a Espanha uma líder.

Flavio Caiafa retoma os três pontos apresentados por Pascual Gattas, afirmando que os eixos mencionados são os que surgem em reuniões com empresas e com pessoas que trabalham em IA. No ponto da capacitação, destaca que ela deve se estender da escola à universidade. Também aponta uma questão de civismo e que se deve explicar que temos “drogas digitais” à mão, o que é crítico e não tem limites.

Quanto aos dados, menciona que a população é constantemente solicitada a fornecê-los. Acrescenta que se vislumbra alguma luz no caminho, exemplificando com o caso do Salud.Uy, onde a situação é muito melhor do que a esperada e onde, com pouco esforço em termos relativos, seria possível disponibilizar a

pesquisadores as informações anonimizadas dos prontuários das pessoas. Propõe realizar um piloto para avaliar.

Quanto à Estratégia, indica que o objetivo desafiador é manter a proteção de dados alinhada ao marco europeu sem, ao mesmo tempo, limitar o desenvolvimento da tecnologia. Equilíbrio: gestão e proteção de dados.

Quanto à infraestrutura, menciona que a nuvem será a provedora, embora não sejamos donos da nuvem: nós a utilizamos. Em algum momento, ter uma infraestrutura própria será economicamente necessário. Conceito de infraestrutura nacional soberana. Acrescenta que, antes que isso aconteça, pode ser interessante ter uma infraestrutura de P&D&I com servidores modernos.

Alberto Majó destaca que a estratégia de infraestrutura nacional deveria ter um componente de pesquisa, com dotação orçamentária. Ser um país com capacidade de usar o conhecimento disponível e adaptá-lo. P&D&I seria uma estratégia de uso da estratégia de IA.

Quanto a P&D&I, Ninoschka Dante indica realizar o trabalho para gerar mecanismos nesse sentido. Em termos mais gerais, pensar em como transformar os problemas em objetivos do país, depois em objetivos específicos e em como aproveitar esses temas na Estratégia.

Flavio Caiafa propõe que P&D&I seja uma linha específica na estratégia, com uma infraestrutura inicial. Menciona oportunidades nos países com matrizes elétricas renováveis, já que os centros de processamento de IA consomem muita energia e há interesse em garantir infraestruturas sustentáveis. O consumo elétrico industrial representa a maior parcela do consumo nacional. Se 90% da energia elétrica fosse renovável, seria muito bom. Seria necessário avaliar se o benefício compensa as outras linhas de atividade existentes no Uruguai.

Virginia Pardo indica que devemos garantir todos os direitos e princípios a proteger. Promover o “aqui se faz bem”, mantendo confiança, segurança, capacidades, cidadãos instruídos, técnicos especializados etc. Manter essa política é um grande diferencial na região. Surgiu nas mesas de diálogo

como um valor do país, e também surgiu a reflexão sobre onde direcionar o orçamento para continuar o trabalho: um lugar para pesquisar, infraestrutura para pilotos, por exemplo.

Ninoschka Dante acrescentou que, nas mesas de diálogo com o setor privado, as indústrias criativas e os empreendedores, surgiu que um dos pontos a considerar na estratégia é como um empreendedor uruguaio se diferencia, quais padrões cumpre etc., com a ideia de um “selo diferencial”. Diferentes setores podem aproveitar as linhas de ação da Estratégia. Também mencionou o que as diferentes estratégias têm em comum na aplicação da metodologia:

- marco institucional
- componentes habilitadores
- regulação – quais são os marcos técnicos, éticos e normativos
- inovação, investimento em IA
- cooperação internacional
- quais setores são priorizados
- gestão do talento, impacto no emprego

Marcos Israel indicou que, nos últimos anos, houve uma expansão do Poder Executivo (PE) e que um órgão de controle não deveria estar ali. As soluções foram dadas em Serviços Descentralizados (SSDD) ou de forma autônoma no Poder Legislativo (PL). Acrescenta que a Agesic deveria sair da Presidência e ter um status do tipo da Unidade Reguladora dos Serviços de Comunicações (URSEC), que é independente: um órgão de controle não influenciado por nenhum dos poderes. Considera isso importante do ponto de vista da segurança e dos controles da IA.

Em seguida, quanto à preocupação com o fideicomisso de dados mencionado no documento de síntese, afirma que é um tema a examinar de perto, justamente no ponto em que os dados são comercializados. Existe legislação sobre fideicomissos, mas seria necessário algo mais específico para esse caso.

Outra preocupação são os dados em si. Exemplifica que a Instituição de Direitos Humanos e Defensoria do Povo (INDHDP) solicita dados e encontra enorme dificuldade para obtê-los, por diferentes razões. Se não há acesso aos dados, não é possível trabalhar. Fala-se de IA, mas, se não é possível gerar conhecimento básico, deve-se discutir o que fazer com a IA. Parte da estratégia deveria ser mudar a mentalidade quanto à gestão dos dados.

Quanto ao fideicomisso de dados, menciona que há empresas que vendem ou alugam suas bases de dados a empresas que desenvolvem IA. É preciso avaliar como lidar com esse tema.

Gonzalo Sosa indica que o fideicomisso de dados não foi avaliado como ferramenta. Há uma lei que contém um conjunto de soluções. Ela nem sempre foi aplicada, e nem todos têm o mesmo entendimento de como aplicá-la. Há coisas que existem e que não conhecemos. A comunicação de dados não é impedida se houver finalidades conhecidas e a lei não a proibir. A lei tem mecanismos específicos para regulamentar isso.

Flavio Caiafa acrescenta que uma questão são os dados capturados pelo Estado e compartilhados entre seus órgãos. Toda vez que o cidadão interage com o Estado, são solicitados dados. Outra questão é como proteger os dados pessoais quando alguém entra em um site e aceita o compartilhamento dos dados.

Ninoschka Dante menciona outro eixo surgido nas mesas de diálogo: educação e emprego, assim como a necessidade de instrumentos habilitadores para PMEs, empreendedores etc. Sua viabilidade deveria ser verificada para incluí-lo na Estratégia como objetivo ou linha de ação.

Marcelo Belén complementa que a Direção Nacional de Emprego (DINAE) não tem ações nesse sentido, pois o foco é solucionar problemas de acesso ao emprego de determinados setores. Acrescenta que, no Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), órgão que lidera as capacitações, há alguma iniciativa.

Virginia Pardo menciona que é preciso conhecer o impacto da IA na região e saber se há um diagnóstico, por exemplo, de quais empregos se espera que desapareçam ou mudem. Talvez seja necessário começar por um diagnóstico da situação atual. Propõe abordar esse tema em uma reunião ampliada com o Ministério do Trabalho e da Seguridade Social (MTSS).

Flavio Caiafa entende que a IA é a continuação da transformação digital, de modo que o foco da educação deve abranger desde a escola até os adultos. Além de organizar os dados.

Maximiliano Maneiro indica que estamos em uma era em que, mesmo sem dados, também há IA, e podem ser gerados negócios “do nada”, apenas criando IA generativa e deslocando outros.

Próximas atividades

- Finalizar o relatório da mesa de diálogo com o setor de Indústrias Criativas para acrescentar à análise
- A Agesic deverá convocar reuniões em subgrupos de trabalho para concluir aspectos em diferentes linhas da Estratégia de IA:
 - Eixo capacitação e emprego com o MTSS
 - Eixo educação com a academia
 - Eixo infraestrutura
- Compartilhar a síntese das contribuições surgidas nas mesas da Estratégia de Dados para análise no âmbito do Comitê Estratégico

Próxima reunião: convocar uma reunião do Comitê Estratégico após a realização das reuniões dos subgrupos de trabalho.

Hora de encerramento: 15:50.